

CAPITAL  
Um mês ..... 25000  
Três meses ..... 60000  
Seis meses ..... 120000  
PAGAMENTO ADIANTADO

Número do dia 100 réis

# A UNIÃO

ORGAM DO PARTIDO REPUBLICANO

PARAHYBA - BRAZIL

**O DIA**

Sexta-feira, 14 de Dez. 1906

S. Pompeu, B. C.; Santo Agnello, Abade, C.; S. Matronino, Eremita, C.; Santo Espírito B. M.; Santos Nicácio, B. Eutrope, M. (sua irmã e companheiros, M. M. (sua irmã e companheiros, M.

**Reformas**

A Assembleia Legislativa, em sua última sessão, creou a Repartição de Estatística e Arquivo Público, correspondendo à necessidade desse ramo do serviço público e da qual tratou, em sua Mensagem dirigida ao Corpo Legislativo o benemerito Monsenhor Walfredo Leal.

Si houve uma deliberação que bastante encareceu os trabalhos da Assembleia, no anno que finda, foi efectivamente essa que autorizou o governo a reformar as repartições públicas e creou a respectiva de que vimos de falar.

Ha poucos dias, tivemos em sejo de dar publicidade, em o nosso jornal, aos Regulamentos expedidos pelo governo, não só relativamente à nova repartição, como alterando o que vigorava na Secretaria de Estado.

Por acto de hontem S. Exc. o Sr. Presidente do Estado fez as nomeações dos respectivos empregados para o funcionamento da repartição criada, a qual terá de ser instalada em Janeiro proximo.

Os funcionários da Estatística foram tirados do quadro dos empregados da Secretaria do Governo, exceção apena do cargo de Porteiro que é logo novo. Notava-se que o serviço da Secretaria era pouco para o pessoal que a ocupava e, por isso, Monsenhor Walfredo, cujo espírito de economia é conhecido, fez o preenchimento dos cargos criados na repartição aludida com o mesmo pessoal da Secretaria.

Para dito fim, S. Exc. alterou o Regulamento da Secretaria, redusso o pessoal que assim ficou organizado: 1 Director Geral, 2 Oficinas, 2 Amanuenses, 1 Arquivista, 2 Continuos e 1 Porteiro.

Foi suprimido o lugar de Director que foi ocupado pelo finado João da Gama Furtado, e os demais empregados saíram para a nova repartição, sendo 1 Director de Secção, 1 Official, 1 Amanuense. Para o cargo de Continuo saíu o zelador do Theatro Santa Rosa, lugar este que foi suprimido, ficando o serviço de zelador a cargo de um dos Continuos do Tesouro, sob cuja Administração se acha a fiscalização e direcção do mesmo Theatro.

Por ahí se vê que o honrado Monsenhor Walfredo não discrepou do seu programa de severa economia dos dinheiros públicos e, sem aumento de despesas, satisfez uma necessidade urgente do serviço público, qual era a organização de serviço da estatística e do Arquivo Público do Estado.

Não podemos deixar de aplaudir actos como o de que tratamos, e enviamos a S. Exc. as nossas felicitações pelo importante acto que vem de praticar, elevando cada vez mais o conceito de que justamente vai gozando na opinião pública, como governo progressista e honesto.

se manifestou, como era de esperar, de modo favorável a essa leitura lembrança e já fez entrega à comissão, de lindos presentes para o leilão de prendas que se efectuara na Praça Alvaro Machado.

Brevemente amanhã comissão percorrerá as casas de família onde conta encontrar a mesma hospitalidade que teve da parte da digna classe comercial.

Mandaremos a lista dos prémios oferecidos e bem assim o nome de todos que concorreram com os seus obulos para o Natal dos pobres.

Estão organizadas as seguintes comissões:

Distribuição de prémios — D. Adalgisa Cunha, D. Lília Medeiros e Dr. Clímaco da Cunha.

Distribuição dos bilhetes — Señhoras Mocinha e Olíndina Bezerra, Cora e Rosânia Ribeiro, Lydia e Amelia Leal, Aíde Cesar, Eulina e Alice Deodónio, Eudócia Garcia, Nini e Herundina, Eudócia de Almeida Galdino, Eudócia de Barros, Maninha, Neném e Sinhasinha Silva, Ernestina Correia, Niña Soares, Concora e Eudócia Falcão e as cincinhas Dulecinha, Nini de Melo, Corina Serrão, Nenzinha Palmeira, Palmyra Xavier e Aurora Pires.

Pavilhão de prendas — Manoel Pires, Manoel Barreto, Agnello Cavalcante, Lindolfo Cavalcante, Abel Costa e Sylvester Freire.

O produto arrecadado será entregue ao Prefeito que fará a distribuição no dia 25, sendo preciso, porém, que os necessitados, na semana de Natal, procurem o Dr. Octacilio de Albuquerque, que lhes entregará cartões que lhes darão direito ao obulho. A distribuição dos cartões começará no dia 20 e terminará no dia 24 do corrente.

O professor Eduardo de Medeiros submeteu a exame próprio os seus alunos José Justimiano Cabral de Carvalho e Augusto de Menezes Drumond; o primeiro foi aprovado com distinção e o último aprovado plenamente. O primeiro mesmo revelou tal somma de conhecimentos que poderia fazer exame de português em qualquer instituto de preparatórios. E' mais uma prova do zelo e da competência do ilustre educador que com todo o criterio vai derramando a instrução pelas nossas crianças.

Acham-se nesta cidade os nossos patrícios acadêmicos José Americo de Almeida e João Cândido Filho, que acabam de prestar exame de direito na Faculdade do Recife, sendo aprovados plenamente, o 1º no terceiro e o ultimo no segundo.

W.

**Calçamento da Rua Nova**

Expira amanhã o ultimo prazo marcado pela Prefeitura Municipal para pagamento, sem multa de taxa sobre o calçamento da rua Nova (General Ozorio).

Aos proprietários da referida rua, que ainda não realizaram o respectivo pagamento, dirigimos o presente aviso. Já é, todavia, estamos informados, muito pequeno o numero dos que ainda não fizeram.

**PARABENS****CASAMENTO:**

De Mamanguape participaram, em lindo cartão, o seu enlace matrimonial, realizado no dia 8 do corrente, o distinto moço Eliseu Luna e a senhorita Elisa Luma.

Ao jovem par somos gratos pela delicada comunicação e desejamos uma vida de felicidades.

**Dr. A. Knox Little**

Foi nomeado para exercer as importantes funções de Superintendente da "D. Leopoldina Christina Railway Company Limited" o competentíssimo Engenheiro, cujo nome encima estas linhas.

Durante longo tempo o notabilíssimo profissional exerceu a superintendência da "Great Western" a qual está arrendada às linhas ferreas d'este Estado. A Parahyba conservará as melhores reminiscências da sua administração que foi fecunda em bons serviços prestados a esta terra.

Basta a enumeração dos trabalhos realizados para converter-se no melhor elogio a esta grandiosa ideia que daqui ha poucos dias será levada a efeito.

O commercio desta cidade já

se Parahiba deve ao Dr. Knox Little;

Ligação do Pilar a Timbaúba

com 40 quilometros de extensão;

Ligação de Guarabira a Nova Cruz

com 52 quilometros.

Ramal de Campina Grande com 80 quilometros,

Ligação de Mulungu à Alagoa

Grande com 23 quilometros.

Ao todo, 195 quilometros dentro d'este Estado.

Além d'estes foram planejados importantes trabalhos em Cabedelo, dos quais alguns já realizados, outros apenas iniciados.

Não foram menos notáveis os serviços prestados em outros Estados.

Agora mesmo, devido aos seus esforços e atividade realiza-se a exploração da Linha Central até as margens do Tocantins.

A competência do Dr. Knox Little é agora aprovada pelo mais importante linha ferrea do paiz.

Nós felicitamos e fazemos votos para que elle seja substituído na superintendência da "Great Western" por alguém que o imite em inteligência e actividade.

**Dr. Castro Pinto**

Por telegramma, que nos foi gentilmente mostrado, fizemos a satisfação de saher ter tomado posse, no Rio de Janeiro, com destino a esta cidade, o nosso ilustrado companheiro de redacção e eminentíssimo homem de letras cujo nome fulgurante encina estas linhas.

O distinco patrício, que ha muito acháa-se na Capital Federal e em cuja camara, presta, com toda dedicação e brillantismo, os melhores serviços ao seu estado natal, volta agora ao nosso meio bastante invacídeo, pelo que faz nequelle grande centro, onde reune-se o mundo intelectual do paiz.

Aciosos, aguardamos a chegada do talentoso parlamentar, para afectuosamente abraçalo-o.

Esteve hontem na secretaria do Estado assignando o expediente, o dr. Pedro Pedroza, honrado secretário de Estado e nosso ilustrado redactor chefe, voltando hontem mesmo á praia Formosa, onde acha-se veraneando com sua prezada família.

**HONTEM**

Por actos de S. Exc. o Sr. Presidente do Estado, datados de 13 do corrente mes, foram nomeados:

Secretaria de Estado.  
Diretor Geral, o Director da 2ª Secção, Francisco do Valle Mello.

Amanuense, o interino, academico José de Lima Vinagre.  
Continuo, o Correio, Albino Sui-ferto da Costa.

Estatística e Arquivo Publico.

Diretor Geral, Maximiano Lopes Machado.

Diretor chefe da 1ª Secção, da Secretaria de Estado, Francisco Pedro Carneiro da Cunha.

Official Archivist chefe da 2ª secção o Official da mesma Secretaria, Honório Lopes Machado.

Amanuense, o da referida Secretaria, academico Felisardo Toscane de Brito.

Porteiro, Dario de Barros Wanderley.

Continuo, o Zelador do Theatro Santa Rosa, Joaquim Adelino Polary.

Secretaria da Policia.

Amanuense, Agnello Cavalcante de Albuquerque.

Hygiene publica

Amanuense, Agnello Cavalcante de Albuquerque.

Medico do Batalhão de Segurança, Dr. Joaquim Gomes Haiman.

Exonerando Joaquim da Silva Magalhães, de subdelegado do distrito de Serra Redonda, do termo do Ingá, e nomeando para substituir-o o 2º suplemento do mesmo subdelegado, Manoel do Nascimento Cruz.

Nomeando 2º suplemento do mesmo subdelegado, José Martins Macachéira Lima.

Exonerando Joaquim Fernandes Goutinho do cargo de 1º suplemento do Subdelegado do distrito de Serra das Pontes e nomeando para substituir-o Joaquim Claudine de Souza Pontes.

Exonerando, a pedido, João Barroso Monteiro Filho, do cargo de Subprefeito do Municipio do Ingá e nomeando para substituir-o, Francisco Casado da Cunha Lima.

**Escola Normal**

O resultado dos exames concedidos nas duas escolas do curso normal, na primeira época, foi o seguinte:

2º anno

SCIENCIAS PHISICAS

Approved com distinção: José Gomes Coelho.

Approveds plenamente g. 9;

D. Aurea Pires, Elysée de Barros, Paul, Alfredo "Americo" da Silva Santiago, D. Esther Fialho, D. Júlia da Costa Machado, D. Adelaide Paulina de Figueiredo.

Approveds plenamente g. 8;

DDs: Dulce de Medeiros, Cleide Paula de Figueiredo e João Eugenio da Silva Brandão.

Approveds plenamente g. 7;

D.D. Alzira Ayres da Silva, Amélia Augusta de Medeiros, Antônia Pinto, Matilde Gomes Jardim, D. Carmen Cordeiro Gaião.

Approveds plenamente g. 6;

D. Ambrosina Bandeira de Mello, Alília Eudoxia Vasconcelos, e João Alves Bezeria.

Approved simplesmente g. 4;

José Lucas de Souza Rangel Júnior.

Reprovados.

Faltaram á chamada.

DEZENHO

Approved com distinção: D. Júlia da Costa Machado.

Approveds plenamente g. 9;

DDs: Aurea Pires, Amélia Augusta de Medeiros, Matilde Gomes Jardim.

Approved plenamente g. 8;

D. Carmen Cordeiro Gaião.

Approved plenamente g. 7;

Newton Pordens Seixas, João Alves Bezeria, Alfredo "Americo" da Silva Santiago.

Approved simplesmente g. 4;

Francisco Lucas de S. Rangel e José Lucas de Souza Rangel Júnior.

Faltaram á chamada.

TRABALHOS DE AGULHA

Approveds plenamente g. 9;

D.D. Aurea Pires, Amália Catharina da Veiga Pessôa.

Approveds plenamente g. 8;

D.D. Rosina Fernandes da Silva.

Ambrósina Bandeira de Mello, Matilde Gomes Jardim e Ercília Amélia Autran.

Faltaram a chamada.

MUSICA

Approved com distinção: D. Aurea Pires.

Approveds plenamente g. 9;

D. D. Esther Fialho, Matilde Gomes Jardim, Alícia Alves, Carmen Galvão, Elysée de Barros, Manu, José Gomes Coelho.

Approveds plenamente g. 8;

D. Ambrosina Bandeira de Mello.

Faltaram á chamada.

11

2º anno

TERCEIRO

Approved com distinção: D. José Gomes Coelho.

Approveds plenamente g. 9;

D. José Gomes Coelho, Matilde Gomes Jardim, Ercília Amélia Autran.

Faltaram a chamada.

2º anno

PORTUGUEZ

Approved com distinção: D. José Gomes Coelho.

Approveds plenamente g. 9;

D. José Gomes Coelho, Matilde Gomes Jardim, Ercília Amélia Autran.

Faltaram a chamada.

2º anno

FRANCEZ

Approved com distinção: D. José Gomes Coelho.

Approveds plenamente g. 9;

D. José Gomes Coelho, Matilde Gomes Jardim, Ercília Amélia Autran.

Faltaram a chamada.

2º anno

GEOGRAPHIA

Approved com distinção: D. José Gomes Coelho.

Approveds plenamente g. 9;

D. José Gomes Coelho, Matilde Gomes Jardim, Ercília Amélia Autran.

Faltaram a chamada.

2º anno

DESENHO

Approved com distinção: D. José Gomes Coelho.

Approveds plenamente g. 9;

D. José Gomes Coelho, Matilde Gomes Jardim, Ercília Amélia Autran.

Faltaram a chamada.

2º anno

CORREIO

Approved com distinção: D. José Gomes Coelho.

Approveds plenamente g. 9;

D. José Gomes Coelho, Matilde Gomes Jardim, Ercília Amélia Autran.

Faltaram a chamada.

2º anno

PEROLAS FINOS

Approved com distinção: D. José Gomes Coelho.

Approveds plenamente g. 9;

D. José Gomes Coelho, Matilde Gomes Jardim, Ercília Amélia Autran.

Faltaram a chamada.

2º anno

PEROLAS FINOS

Approved com distinção: D. José Gomes Coelho.

Approveds plenamente g. 9;

D. José Gomes Coelho, Matilde Gomes Jardim, Ercília Amélia Autran.

Faltaram a chamada.

2º anno

PEROLAS FINOS

Approved com distinção: D. José Gomes Coelho.

Approveds plenamente g. 9;

D. José Gomes Coelho, Matilde Gomes Jardim, Ercília Amélia Autran.

Faltaram a chamada.

2º anno

PEROLAS FINOS

Approved com distinção: D. José Gomes Coelho.

Approveds plenamente g. 9;

D. José Gomes Coelho, Matilde Gomes Jardim, Ercília Amélia Autran.

Faltaram a chamada.

2º anno

PEROLAS FINOS

Approved com distinção: D. José Gomes Coelho.

Approveds plenamente g. 9;

D. José Gomes Coelho, Matilde Gomes Jardim, Ercília Amélia Autran.

Faltaram a chamada.

2º anno

PEROLAS FINOS

Approved com distinção: D. José Gomes Coelho.

Approveds plenamente g. 9;

D. José Gomes Coelho, Matilde Gomes Jardim, Ercília Amélia Autran.

Faltaram a chamada.

# Poder Legislativo Municipal

## DECRETO N.º 43

Orça a receita e despesa do município da capital no exercício de 1907.

O Prefeito do município da capital do Estado da Paraíba, no Norte:

Faz saber que o Conselho Municipal decretou e eu sancionei a lei seguinte:

### DESPESA

Art. 1º A despesa do município da capital da Paraíba, para o exercício de 1907, é orçada na importância de 89.059\$388, distribuída pelas seguintes verbas:

#### TABELLA N. 1

Conselho Municipal 8:188\$888

#### TABELLA N. 2

Prefeitura Municipal 15.200\$000

#### TABELLA N. 3

Empregados Externos 21.490\$500

#### TABELLA N. 4

Instituição Pública 1.450\$000

#### TABELLA N. 5

Despesas Diversas 42.730\$000

89.059\$388

#### TABELLA N. 1

##### CONSELHO MUNICIPAL

§ 1º Ao Secretário 1:733\$333

Gratificação 806\$667 2.600\$000

§ 2º A um Amanuense

Ordenado 1:333\$333

Gratificação 606\$667 2.000\$000

§ 3º Ao Praticante

Ordenado 800\$000

Gratificação 400\$000 1200\$000

§ 4º Ao Porteiro servindo

de Contínuo

Ordenado 806\$667

Gratificação 433\$333

Terço 288\$883 1.588\$888

§ 5º Expediente da Secretaria

800\$000

8:188\$888

#### TABELLA N. 2

##### PREFEITURA MUNICIPAL

§ 1º Ao Prefeito

Gratificação 4.800\$000

Representação 1200\$000 6.000\$000

§ 2º Ao Secretario

Ordenado 1:733\$333

Gratificação 806\$667 2600\$000

§ 3º A um Amanuense

Ordenado 1:333\$333

Gratificação 606\$667 2.000\$000

§ 4º Ao Thesoureiro

Ordenado 1:733\$333

Gratificação 806\$667

Para quebras 200\$000 2.800\$000

Expediente da Secretaria, li-

vros e talões 1.200\$000 600\$000

Publicação pela imprensa 15.200\$000

#### TABELLA N. 3

##### Empregados externos

§ 1º Gratificação ao medico da munici-

palidade 1800\$000

§ 2º Idem ao Advogado 1.800\$000

§ 3º Idem ao director das obras pu-

blicas 600\$000

§ 4º Ao Procurador que servirá de

aferidor

Ordenado 1.000\$000

Gratificação de 10% sobre

o que arrecadar alé perferar 600\$000 1.600\$000

§ 5º Ao Fiscal geral

Ordenado 933\$333

Gratificação 406\$667 1.400\$000

§ 6º A dos Fiscaes da ca-

pital

Ordenado 1.000\$000

Gratificação 800\$000 2.400\$000

§ 7º A um Adjunto fiscal,

Ordenado 600\$000

Gratificação 300\$000 900\$000

O Fiscal geral e os fiscaes

desta capital perceberão mais

20% sobre as multas que impu-

serem e forem arrecadadas

§ 8º Ao Administrador do

mercado do Porto

Ordenado 1:066\$667

Gratificação 533\$333 1.600\$000

§ 9º Ao Administrador do

matadouro

Ordenado 933\$333

Gratificação 406\$667 1.400\$000

§ 10º Ao Fiscal de Cabe-

do

Ordenado 400\$000

Gratificação 200\$000

E mais 10% sobre o que

arrecadar alé perferar 200\$000 800\$000

§ 11º Aos fiscaes do Conde, Alhan-

dra, Pitimbu e Tambáu

Gratificação de 20% sobre o que ar-

recadarem

§ 12º Diária aos serventes do ma-

tadouro e do mercado do Porto, na razão de

1\$000 para cada um 730\$000

§ 13º Diária a dois guardas fiscaes,

na razão de 250\$000 para cada um 1.400\$000

§ 14º Diária a seis guardas munici-

pais, na razão de 250\$000 para cada um,

sendo de 250\$00 ao a chefe dos guardas

e de 250\$00 ao que servir de ajudante ou

auxiliar do administrador do Mercado do

Porto 5.000\$500

21.843\$000

#### TABELLA N. 4

##### Instituição Pública

§ 1º Professora da cadeira mista

do ensino primário de Cabedelo

Ordenado 800\$000

Gratificação 400\$000 1.200\$000

§ 2º Aluguel de casa para aula, asseio

e agua 200\$000

§ 3º Fornecimento de livros a alum-

nios pobres 50\$000

1.450\$000

#### TABELLA N. 5

##### Despesas diversas

§ 1º Ordenado aos aposentados 6.000\$000

§ 2º Gratificação ao zelador dos jar-

dins da Praça Comendador Felisardo e

das Merces 800\$000

§ 3º Assiso e limpeza dos próprios

municípios e iluminação dos mesmos

§ 4º Jury, qualificação e eleição 600\$000

§ 5º Gratificação à três escrevâncias do

crime, a título de custas, pelos processos

em que decair a justiça pública, na razão

de 200\$000 para cada um anualmente, sen-

do de 400\$000 para o que servir também

no alistamento eitoral 800\$000

§ 6º Gratificação a tres oficiais de

Juiz da 50\$000 para cada um anualmente

§ 7º Limpeza das ruas e fontes 15.000\$000

§ 8º Obras públicas e desapropriações 1.000\$000

§ 9º Remoção de lixo 6.000\$000

§ 10º Ajuda de custas a empregados

commissionados 400\$000

§ 11º Porcentagem por arrecadação

de impostos \$

§ 12º Despesas com correção por in-

fração de posturas \$

§ 13º Aluguel de uma casa para o mer-

ado de Cabedelo 120\$000

§ 14º Auxilio ao Instituto Histórico e

Geográfico da Paraíba 360\$000

§ 15º Divida passiva que for liquidada

§ 16º Restituição \$

§ 17º Eventuais 2.000\$000

§ 18º 20% nos termos do § único

do art. 2º da lei n.º 16 de 10 de Novem-

bro de 1904 para Caixa Municipal do The-

souro do Estado \$

42.730\$000

#### RECEITA

Art. 2º A receita da municipalidade da capital da Paraíba, para o exercício de 1907, é orçada em 89.080\$166 e será constituída das seguintes verbas:

#### TABELLA N. 1

##### Licenças

37.047\$500

#### TABELLA N. 2

##### Construções, Reconstruções e con-

sertos

4.650\$000

#### TABELLA N. 3

##### Emolumentos e matrícula

820\$000

#### TABELLA N. 4

##### Aferição e revisão de pesos e medidas

3.382\$000

#### TABELLA N. 5

##### Imposto de sangue e salgamento de couros

7.660\$000

#### TABELLA N. 6

##### Imposto de rua, feiras e mercados

7.770\$000

#### TABELLA N. 7

##### Imposto de mercadorias saídas

16.200\$000

#### TABELLA N. 8

##### Renda com aplicação especial

9.450\$000

#### TABELLA N. 9

##### Renda extraordinária

2.100\$000

89.080\$166

#### TABELLA N. 1

##### Licenças anuais para abertura ou

continuação de estabelecimento comercial

ou industrial:

§ 1º Aquisição na capital /

Idem nas povoações 25\$000

§ 2º Alvarénga para transporte de mer-

cadorias 10\$000

§ 3º Armazém de sal na capital e Ca-

bedelo 150\$000

§ 4º Idem nas demais povoações 25\$000

§ 5º Armazém de exportação de ge-

neros na capital e Cabedelo 300\$000

§ 6º Idem idem nas demais povoações 50\$000

§ 7º Bebidas espirituosas e fermenta-

das, fabricadas no município:

1º Casa de comércio em grosso

de qualquer gênero na capital e Cabedelo.

De 1.ª ordem 250\$000

De 2.ª ordem 200\$000

De 3.ª ordem 150\$000

§ 8º Casa de comércio a retalho:

De 1.ª classe na capital e Cabedelo

Nas povoações 100\$000

§ 9º Casa de comércio a retalho de 2.ª

classe na capital e Cabedelo 30\$000

§ 10º Casa de comércio a retalho de 3.ª

classe na capital e Cabedelo 10\$000

Metade nas povoações 50\$000

§ 11º Oficina de caixão funebre

70 Oficina de caixão funebre 50\$000

§ 12º Olaria no perímetro da cidade

71 Olaria no perímetro urbano 20\$000

§ 13º Idem fóra do perímetro urbano

73 Padaria movida a vapor 10\$000

§ 14º Idem movida a mão 15\$000

Metade nas povoações 7.500\$000

§ 15º Idem idem, sem estabelecimento

Nas povoações, 7.500\$000

§ 16º Casa de comércio a retalho:

Por cabeça, sendo hoi  
Idem por cabeça, sendo vaca  
suino  
caprino e lanígero  
§ 2 Por salgamento de couros em salga-  
deira da municipalidade, um  
§ 3 Idem idem em salgadeiras particu-  
lares  
Os que abaterem ou talharem gado  
em qualquer localidade, lora da capital e po-  
voações ou em qualquer propriedade situa-  
da no município, embora a venda seja li-  
mitada aos moradores da propriedade, estão  
sujeitos às taxas desta tabela.

TABELLA N. 6.

Impostos de ruas, mercados  
e feiras.

§ 1º Aguardente do município para  
ser vendida nos mercados, feiras e ruas, por  
carga  
Por garrafão  
§ 2 Idem de outro município, idem  
idem por carga  
Por garrafão ou outra forma conduzida  
Ficar sujeito ao triplo do imposto  
dos §§ precedentes desta tabela aquele que  
for encontrado vendendo aguardente sem o  
haver pago no posto da entrada

§ 3 Cargas dagua das fontes públicas  
§ 4 Carne secca, linguiça e toucinho  
nas feiras, mercados e ruas, por volume até  
60 kilos

Excedendo a 60 kilos  
§ 5 Café vendido nas feiras do munici-  
ípio por volume

§ 6 Capim, canna, frutas, lenha e co-  
cos, em canões, nos portos do município

Sendo a canão embronchada  
§ 7 Cabras e carneiros entrados no  
município para negócio, por cabeça

§ 8 Gallinhas, passaros e outras aves,  
entradas para negócio, por cabeça

§ 9 Cavalos, burros e animal vaccum,  
entrados para negócio, por cabeça

§ 10 Côco secco vendido no munici-  
ípio, por cento

§ 11 Carvão por carga

§ 12 Dizimo de peixe, na razão de  
50 réis por kilo, e, sendo assado ou seco  
100 réis por kilo.

§ 13 Decima de predios nas povoações:  
Sendo casas de palha alugadas, pa-  
garão 5% sobre o valor locativo nas pova-  
ções, e 20% na Capital de acordo com a  
lei n. 32 de 20 de Fevereiro de 1905.

§ 14 Foros e laudemios do patrimo-  
nio da extinta Villa do Conde e do ter-  
reno da casa da polvora.

§ 15 Lavoura por cincuenta braças  
de roçado com plantações no município

Este imposto substituirá o dízimo de  
lavoura e é cobrado nos termos da lei n.  
35 de 20 de Fevereiro de 1905.

§ 16 Leilão judicial e extrajudicial 6%

§ 17 Leite entrado nesta capital para  
negócio, por carga

Por volume menor

§ 18 Madeira entrada na capital e nas  
povoações em carroças e carros

§ 19 Idem idem em costas de animal

§ 20 Idem saída do município por  
via ferrea, por carro

§ 21 Idem idem em carro e carroça

§ 22 Idem idem em costas de animal

§ 23 Mercador ou talhador de peixe

e carne verde nos bancos dos mercados e  
talhos desta cidade e Cabedello por dia

§ 24 Idem idem, sendo atravessadores

§ 25 Palhas de palmeira entradas na

capital ou saídas do município, por carga

§ 26 Pelles em cabello entradas para

negócio, por volume

§ 27 Queijos vendidos pelas ruas e  
firas, por 15 kilos

§ 28 Rapaduras e assucar vendidos

nos mercados e feiras, por volume

§ 29 Sal entrado no município, por

alqueire nas povoações

§ 30 Sola entrada no município para

negócio, por meio

§ 31 Suino vivo entrado no município

Sendo bacorro ou leitão, entrado na ca-  
pital e Cabedello 500 réis e nas outras po-  
voações

§ 32 Telhas e tijolos entrados no mu-  
nicipio em canão, por uma

Idem idem em estrada de ferro por

milheiro

§ 33 Volume de qualquer natureza,

generos, viveres, e frutas nos mercados,

ruas e feiras do município, com exclusão

de peixe e lenha

Quando os artigos deste parágrafo

entrem em canão, por uma

§ 34 Volume de farinha entrado no

município em costas de animais

Sendo em estrada de ferro ou por mar-

§ 35 Vaccum de leite nas povoações

por uma

§ 36 Rendimentos dos próprios mu-  
nicipios, inclusive alugueis dos quartos do

mercado do Porto que pagará cada um . .

10\$000 por mês.

§ 37 Por metro corrente de terreno

não murado ou edificado no alinhamento

de ruas, pragas e travessas calçadas se ex-  
ceder de 10 metros

Idem não excedendo a 10 metros

§ 38 Por metro corrente de ferro,

no perímetro urbano, não edificado nem re-  
gularmente cercado, no alinhamento de ruas,

pragas e travessas não calçadas

TABELLA N. 7.

Impostos sobre mercadorias saídas por via  
marítima e fluvial

§ 1 Animal bovino, cavalar e muar um

§ 2 Idem suino

3 Idem caprino e lanígero

4 Assucar não refinado, volume

5 Idem refinado e turbinado

6 Algodão em pluma, fardo

Sendo o fardo produto de prensa hy-  
draulica

7 Álcool pipa

8 Idem barril

9 Aguardente, pipa

Idem barril

10 Barricas vazias, uma

11 Borracha por volume até 70 kilos

12 Bebedas volume

13 Caroço de algodão, sacco

14 Caibros, um

15 Cereais e legumes, volume

\$25000	§ 16 Cocos, volume	\$200
35000	§ 17 Cigarras, fumas e charutos, vo- lume	\$400
15500	§ 18 Cemento, volume	\$100
2000	§ 19 Cera em bruto, volume	\$200
\$200	§ 20 Cal, volume	\$50
\$100	§ 21 Couros secos ou salgados (de boi), volume	\$200
\$500	§ 22 Doces, volume	\$200
3500	§ 23 Estriças de pipri ou junco, vo- lume	\$200
\$500	§ 24 Farinha de mandioca, volume	\$40
35000	§ 25 Fasendas, roupas feitas, quinqui- lharias, miudezes perfume, drogas, tintas, chapéus, calcados, medicamentos, machinas e fio de algodão, volume	\$100
\$5000	§ 26 Frutas, volume	\$50
15000	§ 27 Gallinhas, passaros e outras aves uma	\$50
\$20	§ 28 Generos de estiva, secos e mo- lhados, obras de barro, louça, vidros, fer- ragens, carne, bacalhau, farinha de trigo, café em grão, bolachas, araruta e kerosene, vo- lume	\$50
\$40000	§ 29 Hervas, raizes e cascas de pão, volume	\$40
55000	§ 30 Jangada, uma	\$5000
15000	§ 31 Linha de madeira até 5 metros, uma	\$200
\$20	§ 32 Idem maior de 5 metros até 8, uma	\$300
\$300	§ 33 Mamona e cacau, volume	\$50
45000	§ 34 Mel, pipa	\$300
55000	§ 35 Idem, barril	\$50
\$300	§ 36 Oleo de linhaça, barril	\$300
15000	§ 37 Idem de mamona e caroço de al- godão, barril	\$40
\$500	§ 38 Peixe conduzido por atravessa- dores para outro município, carga	\$3000
15000	§ 39 Idem, meia carga	\$1500
\$500	§ 40 Idem, caião	\$500
\$50	§ 39 Pelles miudas, em cabello, fardo até 200 kilos	\$2000
\$200	§ 40 Idem cortidas, uma	\$100
\$200	§ 41 Pipas vazias, uma	\$80
\$200	§ 42 Pontas e unhas de boi, volume	\$50
\$200	§ 43 Phosphorus, lata	\$100
\$200	§ 44 Pranchões, um	\$1000
\$200	§ 45 Prancha, uma	\$200
\$200	§ 46 Quartolas e barris vazios, um	\$40
\$200	§ 47 Queijos, por 15 kilos	\$200
\$200	§ 48 Sabão, caixa	\$40
\$200	§ 49 Saccos vazios, volume	\$50
\$200	§ 50 Sola, meio	\$200
\$200	§ 51 Taboia, uma	\$100
\$200	§ 52 Vinagre, quinto	\$100
\$200	§ 53 Velas de cera, volume	\$100
\$200	§ 54 Vassouras, amarrado	\$50
\$200	§ 55 Volume de mercadoria não es- pecificada, sendo grande	\$200
\$200	§ 56 Idem idem, sendo pequeno	\$50

TABELLA N. 9.

## Renda com aplicação especial

§ 1 Por predio situado nas ruas por  
onde passarem as carroças de remoção de  
lixo, pago pelos proprietários \$5000

§ 2 Por predio urbano não compre-  
hendido nas disposições do § precedente,  
pago pelo proprietário \$1000

§ 3 As verbas desses §§ são destinadas à re-  
moção do lixo das casas e limpeza da cidade.

§ 4 25% sobre o valor locativo dos predios ur-  
banos nas ruas onde se estiver fazendo calçamento,  
pagos pelos proprietários.

§ 5 20% sobre o valor locativo das casas de pa-  
lha, alugadas no perímetro da cidade.

Esta verba é destinada, de acordo com a lei n.  
32 de 20 de Fevereiro de 1905, à desapropriação de  
casas de palha, no perímetro urbano.

§ 6 10% adicionares sobre todos os direitos e  
despachos de dez mil réis acima, para serem applica-  
das à instrução publica municipal.

TABELLA N. 9.

## Renda extraordinaria

§ 1 Bens de evento:  
§ 2 Correção: 10\$000 por animal bovino, caval-  
lar, muar e suino, 3\$000 por caprino e lanígero, que  
forem pegados vagando nas ruas e praças da capital  
e povoações e dentro de lavoura em terreno de agri-  
cultura, além de serem os donos desses animais res-  
ponsaveis também pelas despesas de cocheira e ou-  
tras que ocorrerem

§ 3 Depósitos

§ 4 Divida activa

§ 5 Indemnização e custas

§ 6 Juros de letras

§ 7 Multa por infracção de posturas

e sobre jurados

§ 8 Idem por falta de pagamento dos

direitos municipais no devido tempo

§ 9 Reposição e restituição

§ 10 Restito eventual

§ 11 Saldo do exercício anterior

Disposições Gerais

Art. 1º Os direitos sobre licenças sujeitas a lan-  
çamento serão cobrados de acordo com o decreto n.º

1 de 3 de Fevereiro de 1905, baixado pelo prefeito,  
observando-se as seguintes modificações:

§ 1º Quando forem de uma só prestação, si não for  
realizado o pagamento no tempo devido, incorrerão os  
responsáveis na multa de 10% no primeiro mês seguinte,  
de 15% no segundo e de 20% no terceiro mês.

Decorrido esse ultimo prazo será promovida a  
cobrança executivamente com a multa de 30% dentro de

10 metros

§ 2º Quando forem de mais de uma prestação  
observar-se-á a mesma graduação ascendente da multa  
nos três primeiros meses que seguem ao pagamento de  
cada prestação.

Dahi por diante a multa será de 30% dentro do  
exercício.

§ 3º Os direitos não pagos dentro do exercício  
serão cobrados executivamente com a multa de 50%,  
no anno seguinte.

§ 4º Decorridos os tres primeiros meses do anno,  
ninguém poderá estabelecer-se sem pagar integralmente  
a respectiva licença, qualquer que seja a classificação  
que tiver da sua casa.

Art. 2º Pagará somente metade da licença o es-  
tabelecimento que se abrir no domínio do 2º semestre.

Art. 3º Os direitos que não forem sujeitos à  
lançamento serão arrecadados no prazo marcado por  
edital da prefeitura. Fóra desse prazo ficam os respon-  
sáveis sujeitos à multa de 20% dentro do exercício, e,  
decorrido este, será promovida a cobrança executiva-  
mente com a multa de 50%.

Art. 4º Os fóros de terrenos municipais deverão  
ser pagos sem multa, até o fim do mês de Fevereiro,

cobrando-se 10% mais até o fim de Abril, e dessa data em  
diante 20%, sendo no mês de Julho os devedores cha-

mados por edital para realizarem o prontivo pagamento,  
sob pena de cairem em comissão os referidos terrenos.

Art. 5º Para se fazer efectiva a cobrança do  
imposto e multa dos mercadores ambulantes, inclusive  
os de aguardente, carroceiros, açougueiros, leitores, en-  
graxadores, e sobre carroças e outros veículos, poderão  
os fiscais, decorrida o prazo para o pagamento do imposto,  
apreender os mercadores, animais com barris, caixas,  
e veículos, até que seja realizado o pagamento.

§ 1º Unico. Os responsáveis ficam também sujeitos  
às despesas que ocorrem na appreensão, e, fundo  
o prazo de 30 dias, a multa de 20% das quantias forem as infinidades que, de  
meio em meio, ilhe deverá fazer o fiscal; ou indemniza-  
ção a municipalidade das despesas que tiver feito

com a construção ou reconstrução de suas calçadas

verem de construir ou reconstruir em ruas calçadas

de argamassa de cimento.

O infractor sofrerá as penas do artigo prece-  
dente.

Art. 6º Concluída a construção ou reconstrução

externa de um predio, muro ou fronteira, o proprie-  
tário não poderá conservá-lo em preto durante

sessenta dias. E em relação aquelas que se acham

construídas, ficarão marcado o mesmo prazo para rebo-  
calos e pintá-los. O infractor incorrerá na multa de

20\$000 tantas vezes quantas forem as infinidades que, de

meio em meio, ilhe deverá fazer o fiscal; ou indemni-  
zação a municipalidade das despesas que tiver feito

com a construção ou reconstrução de suas calçadas

de argamassa de cimento.

Art. 7º Só poderão ser consertados ou reparados,  
mediante licença e pagamento de emolumentos,

os predios cujas paredes externas estejam devidamente

aprunhadas ou quando sua cobertura, por seu ma-  
ior estudo quer quanto a telhas, quer quanto a madeira-

mento, não exija total substituição, sendo os proprietários obri-  
gados a facilitar o respectivo exame ao agente inci-  
bido de fazê-lo pela prefeitura. O infractor será punido

com a multa de 50\$000 e mais as penas de embargo

administrativo e demolição do artigo.

Art. 8º No caso de um predio ou outra qualquer  
obra ameaçar ruínas tão iminentes que a sua demoli-  
ção seja total, o proprietário deve pagar o emolumento

de 10\$000 e mais as despesas de demolição.

Art. 9º Fica o poder executivo autorizado

§ 1º A mandar proceder a arredação de todos

os impostos ou alguns dentre elles administrativamente

ou por arrematação, conforme julgar necessário.

§ 2º A aplicar o saldo do orçamento em melho-  
ramentos de reconhecida utilidade pública.

§ 3º A aumentar ou reformar a renda mu-  
nicipal e exigir a boa marcha do serviço público,

o numero de guardas municipais, somente até o maximo

de quatro, e as verbas de despesas dos §§ 7º e 8º

da tabella n.º 5 de mais de dez contos de réis cada uma.

§ 7º A fazer com a administração do Estado ou</

